

Tese

Michael Oakeshott e a Tradição da Liberdade **A Torre de Babel e o Labirinto do Mundo**

A ideia de liberdade na teoria política de Michael Oakeshott não terá nunca a exuberância abstracta e temerária de uma concepção doutrinária marcada pela ortodoxia de um entusiasmo dogmático, simplesmente sublime porque politicamente perfeita.

O entendimento da liberdade em Oakeshott resiste a uma categorização normativa simplificada, não deixando no entanto de revelar um elevado grau de consistência e de coerência interna, sem nunca atingir a rigidez fixa de um princípio fundador, sem nunca atingir o desenlace definitivo de uma teoria geral da liberdade. No contexto alargado de um aparato e de uma urbanidade civilizacional, a observação Oakeshottiana da liberdade reflecte por excelência o *modus vivendi* de uma sociedade progressiva e industriosa na conjugação de uma tradição de comportamento, mais propriamente, na proporção original



POR
**Carlos
Marques
de Almeida**

Doutorado pelo
Instituto de Estudos
Políticos da Universidade
Católica Portuguesa

de uma tradição da liberdade. Como tal, a liberdade respira uma atmosfera em que se destaca a permanente invocação de um particular modo de vida, a persistente constatação de um indivíduo em movimento no interior de uma tradição, a perpétua gramática de uma conduta que continuamente promove um elenco de acções plausíveis face às

intimações políticas de uma tradição da liberdade. O discurso de Oakeshott sobre a liberdade confunde-se com a narrativa de um procedimento inscrito no concreto da história e na realidade do tempo, uma narrativa que integra a abertura de uma apurada ponderação relativamente a um presente permanentemente assolado pela fluidez das contingências e das circunstâncias, uma narrativa que produz, finalmente, um inegável e original reflexo conservador. Na cadência da investigação, a tradição da liberdade como que surge sistematicamente no contexto de uma percepção do Mundo marcada pela evidência de um conservadorismo imanente, endógeno, enfim, uma ideia de liberdade que representa reciprocamente a afirmação de um conservadorismo de matriz civi-

lizacional. De certo modo, a indagação da liberdade deriva o comentador para a perspectiva de uma presunção conservadora; tal como a determinação de uma disposição conservadora remete o comentador para a certificação de uma tradição da liberdade. Na circularidade teórica de uma bifurcação temática, na relação de um imaginário filosófico e político que integra e representa o carácter de uma civilização, a coerência do argumento converge com lógica e elegância para o problema de interpretação central à dissertação, a saber: Qual o lugar, a ideia e o valor da liberdade na teoria política de Michael Oakeshott?

Aplicando a profusão sistemática descentralizada como antídoto metodológico para a arquitectura de uma teoria universal, e recorrendo à inspiração de Jesse Norman, impõe-se uma peculiar e extraordinária referência a um artigo de Shirley Letwin intitulado “Hume: Inventor of a New Task for Philosophy”¹. David Hume surge associado a uma démarche filosófica que pretende reconhecer e reflectir sobre a riqueza e os limites da experiência humana. Sendo uma “espécie inventiva”, a variedade e a complexidade das instituições observáveis reflecte a imaginação e a criação do espírito do Homem que se projecta através de uma acção sobre o tempo. Quanto à Razão, esta não emana uma

qualquer luminosidade infalível, mas reflecte a “emoção” de uma referência centrada na adequação de uma acção relativamente à lógica de uma conduta. Na observação da moral, esta não descende de um ponto universal constituído pela Lei Natural, mas emerge do “artifício” ou da “invenção” consubstanciados no concreto da acção e do tempo. Na presente interpretação de David Hume, a “Civilização” será identificada com o entendimento das “regras, dos standards e do discernimento”, de tal modo que o discernimento proficiente implica a compreensão dos “procedimentos, dos princípios e das regras apropriadas” de modo a reconhecer a respectiva relevância face às intimações de uma sempre renovada circunstância ou contingência. Para David Hume, o Homem terá à sua disposição o ensemble integral de toda a “civilização humana”, e nos limites da qual se poderá movimentar pelo recurso a “correções, excisões, adições, variações ou criticismo” – fundamental será o facto de que o pensamento e a acção emergem invariavelmente dos “dados” constitutivos dessa civilização humana. Ou seja, deste modo Hume coloca a observação e a compreensão do presente como referência central à reflexão filosófica, sem jamais procurar o beneplácito do passado ou a beatitude do futuro. David Hume reconhece ainda que o filósofo

sofo terá uma enorme capacidade de entendimento, mas um entendimento que ficará sempre aquém da significação de todas as coisas; o mesmo filósofo que se entende reconciliado com o “mistério” e com a incerteza, reconhecendo livremente que o poder para criar e para ordenar as ideias permanecerá sempre um “enigma”. E no entanto, em circunstância alguma o filósofo cederá à tentação de destruir ou depreciar o pensamento pensado e a acção concretizada na espessura do tempo e da história. Exactamente na última palavra do artigo, Shirley Letwin insere uma nota particularmente relevante: “Para uma inequívoca elucidação desta visão da filosofia veja-se Michael Oakeshott em *On Human Conduct*”. Face a uma elaborada e inteligente reflexão filosófica, o comentador não poderá deixar de observar que o propósito de Letwin não será exclusivamente uma leitura de David Hume, mas sim através de David Hume traçar o retrato filosófico de Michael Oakeshott. A *reconstrução* de Hume reflecte uma silenciosa homenagem a Oakeshott, mas significa também o alinhamento de Oakeshott com uma tradição céptica e uma tradição conservadora, tradições que na perspectiva de Shirley Letwin emergem na idade moderna na obra e na reflexão de David Hume.

Na transposição do artigo para o argumento da dissertação, será então possível ao comentador referenciar quatro preceitos fundamentais que atravessam a teoria política de Michael Oakeshott, nomeadamente: o carácter, a contingência, a conversação, o cepticismo. Mais ainda, será óbvia uma ideia de Civilização que remete para a evidência das regras, uma ideia de Civilização que se aproxima da percepção de Samuel Johnson que, recusando o neologismo *Civilização*, opta pela palavra *Civilidade*. A denominação de Civilidade aponta imediatamente para o âmbito filosófico e político Oakeshottiano, mais concretamente com a observação de uma condição civil, de um estatuto de *cives*, para o abstracto conservador de uma associação civil na plenitude de uma liberdade civil. Uma ponderação mais detalhada poderá ainda evidenciar o entendimento da tradição como o ensemble integral de toda a “civilização humana”, espécie de linguagem política que opera pela acção da liberdade no interior de uma tradição



Oakeshott apresenta uma concepção conservadora da liberdade liberal, pois procede a uma filiação da liberdade liberal numa percepção conservadora da liberdade

– juízo que na dissertação assinala a presença de uma concepção liberal e plural da tradição conservadora.

Retomando a sequência do percurso na cadência da dissertação, *Experience and Its Modes* surgirá como ponto de irradiação para a Explicação do Mundo. Na obra de 1908 intitulada *Orthodoxy*, será possível ler em G.K. Chesterton a seguinte passagem: “Todo o conservadorismo é baseado na ideia de que se as coisas são abandonadas ao seu destino, as coisas são exactamente deixadas como são. Mas na realidade tal não acontece. Quando se entrega uma coisa ao seu destino, entrega-se uma coisa a uma imparável torrente de mudança”. O modo da experiência prática representa precisamente essa torrente de mudança que continuamente fustiga o Homem e as suas realizações. Desta forma, será pertinente uma leitura da experiência prática como uma derivação *proto conservadora*, como a evidência de um conservadorismo tácito em que o *presente passado* e o *presente futuro* alimentam uma perpétua dialéctica da reconciliação assegurada pelo pressuposto da liberdade humana e na consideração das implicações associadas à anatomia de um modo de vida. Sublinhando o momento filosófico de uma percepção implícita da liberdade, a formalidade na explicação do modo da experiência prática permite a determinação do lugar da liberdade, permite a elucidação do valor existencial da liberdade, uma ideia de liberdade que surge no âmbito de uma dialéctica explícita, abstracta, filosófica, intemporal. Num enquadramento fortemente assinalado por uma perspectiva teórica derivada do Idealismo Britânico, a liberdade exhibe uma dimensão metafísica, moral, pré-política. No entanto, será permanente uma tensão entre um entendimento compatível com o conceito de liberdade negativa e uma percepção conciliável com uma concepção de liberdade positiva. Uma hipótese explicativa aponta para a presença de uma versão individualista da liberdade positiva, um entendimento da ideia de liberdade como a não restrição das opções.

No *Notebook 8* datado de Novembro de 1926, Michael Oakeshott regista o seguinte apontamento: “Burke afirma que devemos ‘estimar os nossos preconceitos, porque são preconceitos’. Um preconceito que se faz passar pela razão é um mal absoluto: – Burke foi ao coração da filosofia



O Racionalismo em política projecta-se na Torre de Babel e nas aventuras da perfeição; o conservador em política percorre o Labirinto do Mundo e as contingências da imperfeição

da modernidade. Ver *Revolução Francesa*”². Precisamente nas *Refleções on the Revolution in France*, Edmund Burke escreve: “As circunstâncias (...) transmitem na realidade a cada princípio político a sua cor distinta e o seu efeito discriminante. As circunstâncias são o que tornam cada esquema civil e político benéfico ou prejudicial para a humanidade”³. A *conversação* entre Oakeshott e Burke permite que o discurso descreva a sequência da dissertação pela referência a *Rationalism in Politics* e ao carácter da política moderna. E relativamente ao carácter da política moderna, destaque-se a exploração distinta de três metáforas da política. Relativamente a uma primeira disposição, Oakeshott descreve uma mente destituída de “atmosfera”, insensível à mudança das estações e às oscilações de temperatura; politicamente, os seus processos são isolados das influências externas e expandem-se no vazio – impulsionada pela razão, dominadora das circunstâncias, a política será a imposição uniforme da perfeição sobre a conduta humana. Em contraste politicamente significativo, observe-se a clássica metáfora da nave política no mar sem fundo e no mar sem fim, e na qual a condição de equilíbrio depende dos recursos de uma tradição de comportamento de modo a enfrentar todas as circunstâncias e todas as contingências. Numa continuidade politicamente expressiva, refira-se a observação de uma “linha de sombra” (the shadow line), uma linha que, quando ultrapassada, revela o sólido Mundo dos factos, cada um com o seu lugar esta-

belecido, cada um com o seu preço e respectiva forma, cada um com o seu ponto de equilíbrio, um Mundo habitado por outros que não configuram a reflexão de uma única, individual e particular “emoção”; nesta acepção, a actividade política confunde-se com o discernimento para continuamente ir procedendo à reformulação de uma ideia de “familiaridade” face às persistentes contingências de um Mundo comum⁴. Assim, entre o texto e o contexto na conjugação de um índice de ideias políticas concretas, entre as ambivalências e ambiguidades que marcam o carácter da política moderna, destacam-se deste modo duas percepções obliquamente antagónicas: a primeira evidenciando o pedigree do Racionalista, a segunda estipulando a persona de uma disposição conservadora. No contexto das disposições políticas estabelecidas, o Racionalista será o insigne representante de uma tradição política da paixão, sendo por sua vez o conservador a circumspecta face politicamente observável de uma tradição política do cepticismo. O Racionalismo em política projecta-se na Torre de Babel e nas aventuras da perfeição; o conservador em política percorre o Labirinto do Mundo e as contingências da imperfeição. Como tal, a distância conceptual entre a Torre e o Labirinto abrirá espaço para duas ideias que se destacam no presente panorama: o conceito de *concordia discors*, ou harmonia discordante; e a concepção de *via media* ou o restabelecimento do equilíbrio. A ideia de *concordia discors* emerge da percepção das disposições políticas historicamente estabelecidas e constitutivas da consciência dividida da política moderna. Na teoria política de Oakeshott não existem formulações que visam a unificação dos extremos, pois os extremos representam os limites de uma tradição política plural, complexa, descentralizada, assinalados no tempo e na história. A ideia de uma via media, simbolizada na figura do *trimmer*, representa o esforço Oakeshottiano de restabelecer um equilíbrio político na região média de deslocamento entre disposições. Fundamental será o entendimento de que este equilíbrio só poderá ser concretizado a partir da tradição política do cepticismo, uma vez que o carácter da tradição política da paixão tenderá a exercer uma influência total e dominante. Esta dupla vertente confere à teoria política de Oakeshott um subtil equilíbrio que jamais degenera, quer num

racionalismo conservador, quer num *cepticismo relativista*.

Os ensaios de *Rationalism in Politics* constituem o momento histórico de uma percepção explícita e política da liberdade. Percorrendo a cadência dos ensaios, a formalidade na explicação e no entendimento de um particular modo de vida permite a compreensão de uma prática da liberdade, permite a elucidação de uma concretização local do valor da liberdade, uma ideia de liberdade que surge no âmbito de uma dialéctica implícita, concreta, histórica, temporal. Suportada no concreto político, garantida pela regra da lei, a liberdade afirma-se como um conjunto de direitos, deveres e liberdades, inscritos na história e no tempo de uma tradição política. Esta dimensão da liberdade projecta-se como um modelo de liberdade conservador. Por outro lado, e como consequência observável do modelo conservador, a liberdade exhibe uma conformação compatível com a prevalência de uma liberdade negativa. Como tal, a ideia de liberdade exhibe um núcleo conservador e uma superfície liberal. Em formulação alternativa, Oakeshott apresenta uma concepção conservadora da liberdade liberal, pois procede a uma filiação da liberdade liberal numa percepção conservadora da liberdade. Na exploração da lógica de circulação do argumento interno Oakeshottiano, observa-se uma ideia de liberdade historicamente derivada e filosoficamente elaborada como factor de coerência no âmbito da tradição política do cepticismo. Por outro lado, o argumento filosófico da liberdade com um núcleo conservador e uma superfície liberal poderá expandir-se numa interpretação que estabelece a filiação do liberalismo na tradição política do cepticismo, e por decorrência, um entendimento do liberalismo como uma gradação do conservadorismo.

Ainda e sempre no rumo da viagem intelectual que assinala o percurso da dissertação, o comentador contempla a respiração espartana e o rigor elegíaco de *On Human Conduct*, o *Magnum Opus* Oakeshottiano na renovada visitação da política moderna, na circunstância através do carácter ideal da associação civil e das intimações de uma liberdade civil. Os ensaios de *On Human Conduct* constituem o momento de ascensão filosófica entre uma prática da liberdade vigente e

corrente e uma configuração teórica dos arranjos políticos que suportam e garantem um modo de vida alicerçado precisamente no pressuposto da liberdade. Deste modo, na passagem do concreto político de *Rationalism in Politics* para o abstracto conservador de *On Human Conduct*, constata-se a revisitação da consciência dividida da moderna política europeia, uma movimentação teórica que exprime um índice de ideias políticas concretas no idioma das ideias políticas gerais. Na sistemática aplicação de uma imaginação conservadora, Oakeshott elabora sobre o carácter particular da conduta humana, estabelecendo o postulado do agente livre e o pressuposto da liberdade livre. Na explanação da condição civil, surgirá então a associação civil no apogeu de uma civilização política, observando-se no axioma da regra da lei a superior condição e garantia de uma liberdade civil – uma perspectiva em que a ideia de liberdade apresenta um cerne conservador e uma periferia liberal. A distância filosófica entre a associação civil e a associação projecto corresponde na exacta medida à distância inscrita pelo tempo e pela histórica e que separa a tradição política do cepticismo da tradição política da paixão. A mesma distância que se observa no âmbito da consciência política polarizada constitutiva do carácter do estado moderno europeu, fonte de uma irresolúvel tensão consubstanciada nos conceitos de civitas e de universitas. Na cadência concreta dos ensaios de *Rationalism in Politics* e na sequência teórica dos ensaios de *On Human Conduct*, a ideia de uma filiação conservadora da liberdade liberal consolida-se enquanto paradigma e argumento filosófico preferencial no imaginário político Oakeshottiano.

Mas na transição de *Rationalism in Politics* para *On Human Conduct* transita uma componente marcante na reflexão e na ideia de Oakeshott sobre a

liberdade, nomeadamente, a inexistência de uma referência, explanação ou crítica a uma concepção positiva da liberdade. Na centralidade de *Rationalism in Politics* não será possível observar aquilo que o comentador poderá designar por equivalente da liberdade na tradição política da paixão. Sobre esta questão não existe paradoxo, contradição, complementaridade, tensão, apenas porque no horizonte da reflexão se observa a formulação de um pesado silêncio. Na revisitação de *On Human Conduct* será constatável a referência a uma variação da liberdade no domínio da afirmação da associação projecto – na interpretação do comentador, a variação em causa deveria corresponder a uma concepção positiva da liberdade. Mas a expressão não terá lugar no círculo político e filosófico de Oakeshott – fica pois a expressão do Autor referindo-se ao sujeito membro de um estado moderno em modo de associação projecto: “A sua ‘liberdade’ é uma forma de servilidade quente e compensada”.

A presente dissertação em teoria política pretende assinalar o facto de que os arranjos políticos de *On Human Conduct* emergem do entendimento concreto da prática de uma liberdade objecto da narrativa em *Rationalism in Politics*; tal como a prática da liberdade em *Rationalism in Politics* não terá a mesma profundidade sem o itinerário filosófico contido em *Experience and Its Modes*. Na centralidade *pivot* de *Rationalism in Politics* converge uma rigorosa e controlada modulação da coerência na explanação do argumento interno na conversação da liberdade. Entre a Torre de Babel e o Labirinto do Mundo, no tempo e na história de uma tradição da liberdade, na liberdade entendida na consumação de um modo de vida, a voz única de Oakeshott reafirma com persistência – o carácter da liberdade é não ter de a definir. Eis uma disposição que continua a distinguir a teoria política de Michael Oakeshott. ■

NOTAS

¹ Jesse Norman, “Burke, Oakeshott and the Intellectual Roots of Modern Conservatism” (LSE: Michael Oakeshott Memorial Lecture 2013); Shirley Letwin, “Hume: Inventor of a New Task for Philosophy” in *Political Theory* (May, 1975).

² Michael Oakeshott, *Notebooks, 1922-86* (Ed. Luke O’Sullivan) (Exeter: Imprint Academic,

2014), pag. 121.

³ Edmund Burke, *Reflections on the Revolution in France* (Oxford: Oxford University Press, 1999), pag. 8.

⁴ Michael Oakeshott, *Rationalism in Politics* (Indianapolis: Liberty Fund, 1991), pag. 7 e pag. 10; pag. 60; pp. 436-437.